



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Como a ditadura militar de 1964 é interpretada após o regime: Uma análise dos anos 2000, 2010 e 2020.

Ronielem Silva Pinho

Brasília, DF
Março/ 2024



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Como a ditadura militar de 1964 é interpretada após o regime: Uma análise dos anos 2000, 2010 e 2020.

Ronielem Silva Pinho

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da Professora Doutora Marilde Loiola de Menezes

Brasília, DF
Março/ 2024

DEDICATÓRIA

À minha avó Maria das Virgens, *in memoriam*, que me presenteou com a minha primeira escrivinha, incentivou-me nos estudos e introduziu-me ao mundo da leitura. Onde quer que a senhora esteja, saiba que seus esforços deram certo! Te amo para sempre.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me acompanhar durante todo o processo de escrita deste trabalho e por me dar forças para continuar em meio a rotina árdua de trabalho integral e final de semestre ainda fazendo as últimas matérias optativas.

Em segundo lugar, agradeço a minha querida e prestigiada Universidade de Brasília, vulgo UnB, ao longo desses quatro anos, posso afirmar com convicção que não sou mais a mesma pessoa que ingressou em 2019. Naquele momento, havia a incerteza de estar ou não no curso certo e a adaptação a um ambiente até então desconhecido. No entanto, hoje saio com a certeza de que a política pode ser conduzida de maneira ética e merece ser objeto de debates construtivos. Apesar da escassez de mulheres no ramo, estou determinada a contribuir para aumentar a representatividade feminina neste campo.

Agradeço aos meus familiares que acreditaram em mim e me apoiaram para que, de alguma forma, eu conseguisse me graduar, em especial à minha mãe e aos meus irmãos.

Agradeço também à minha querida orientadora, Marilde Loiola, pela disponibilidade e excelentes orientações que recebi ao longo deste trabalho, e, claro, pela sua humanidade e empatia ao me proporcionar o tempo necessário para fazer e refazer quantas vezes fossem necessárias.

Agradeço aos meus amigos, que, cada um ao seu modo, contribuíram para que eu chegasse até aqui – alguns presentes da UnB, outros presentes da vida – mas todos, sem dúvida, um inquestionável presente de Deus: Elisabet Brenda, Marcela Oliveira, Gabriela Dourado, Maria Clara Araújo, Heloísa Ferreira e Ramon Oliveira.

Por fim, gostaria de agradecer à Larisse Rocha, que não permitiu que eu desistisse da graduação, mesmo nas inúmeras vezes em que achei que não havia mais como continuar. Muito obrigada por me ajudar a permanecer no caminho que me trouxe até aqui.

É preciso tomar decisões, adotar medidas corajosas que favoreçam a consolidação de um país democrático. É preciso trabalhar, sem trégua e sem demoras, na remoção dos rastros do autoritarismo e na edificação de um legítimo Estado de Direito, que seja sólido e ao mesmo tempo permeável à crítica. Onde não seja proibido participar, discordar nem contestar. Onde o grito dos pobres possa ser ouvido. O grito de todos. Para tanto, é indispensável aprender as lições que emanam de nosso passado recente. As lições de nossa história.

Brasil nunca mais - (Arquidiocese São Paulo)

RESUMO

Este Trabalho objetiva refletir sobre a relação entre história e literatura, a partir da análise de publicações que abordam a ditadura militar brasileira , publicadas no Brasil e disponíveis na Scielo, no contexto dos 60 anos do golpe de 1964. Busca-se analisar de que maneira os referenciais teóricos dos anos 2000, 2020 e 2010 que abordam a ditadura, o que passou a ser mais importante quando se trata da ditadura militar e como essas abordagens contribuíram para uma compreensão mais complexa e multifacetada de diferentes aspectos da ditadura militar.

Palavras-chave: história; ditadura militar; milagre econômico; políticas de memória; golpe de 1964.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the relationship between history and literature through the analysis of publications addressing the Brazilian military dictatorship, published in Brazil and available at Sielo, within the context of the 60th anniversary of the 1964 coup. The objective is to analyze how the theoretical frameworks of the years 2000, 2010 and 2020 approach the dictatorship, what has become more significant when dealing with the military regime, and how these approaches have contributed to a more complex and multifaceted understanding of different aspects of the military dictatorship.

Keywords: history; military dictatorship; economic miracle; memory policies; 1964 coup.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ENFOQUE DA BIBLIOGRAFIA DA DITADURA NOS ANOS 2000.....	11
3. ENFOQUE DA BIBLIOGRAFIA DA DITADURA NOS ANOS 2010.....	13
4. ENFOQUE DA BIBLIOGRAFIA DA DITADURA NOS ANOS 2020.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

O Brasil da última década, mais precisamente a segunda do século XXI, é cenário farto de elementos que nos convocam a refletir e nos posicionarmos criticamente diante de assuntos que supúnhamos ter resolvido: a democracia é um deles (SALGADO; GONÇALVES E SOUZA 2020)

A deflagração da ditadura no Brasil (1964) é estabelecida em um contexto conturbado dentro e fora do país, pois é possível identificar as questões políticas e crises inerentes aos anos de governos com dívida e inflação em alta. Dentro desse viés, tem-se um mundo polarizado com a Guerra Fria (1947-1991), além dos Estados Unidos da América (EUA), temendo outras revoluções - após a Revolução cubana¹, já que isso poderia resultar na perda da sua principal área de influência nos países latinos para o comunismo. Com isso, junto às próprias elites de alguns países latino-americanos, que também temiam que isso ocorresse, Goulart acaba sendo deposto em golpe militar, após uma radicalização de ambos os lados, com as reformas de base, sendo acusado pelos seus adversários de preparar um golpe.

Por outro lado, tem-se razões econômicas para a deflagração do golpe militar associadas ao conflito político. A conjuntura da época apresentava um cenário de desequilíbrio cíclico que impactava negativamente a distribuição de renda entre diferentes classes sociais. Além disso, havia um cenário de desestabilização política mediante a Guerra Fria e tensões geopolíticas na época, após a Segunda Guerra Mundial.

Também havia uma polarização econômica à vista dos dois blocos econômicos existentes na época – Economia Socialista e Capitalista. Com a sobreposição dos EUA, o capitalismo torna-se o sistema econômico na maior parte do mundo. Mas como toda guerra, essa também gerou conflitos em diversos países. Um exemplo disso foi a Revolução Cubana, citada anteriormente. Um dos principais pontos da Guerra Fria, foi o apoio às ditaduras nos países da América Latina. Ainda com o intuito de combater o comunismo, cria-se a Doutrina Truman² durante esse período, especialmente no Brasil devido ao seu alinhamento com os

¹ “A Revolução Cubana foi conduzida por Fidel Castro, líder de uma guerrilha instalada no interior do território cubano. A guerrilha liderada por Fidel buscava derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, instalada no país desde 1952 por meio de um golpe militar. Os americanos, insatisfeitos, romperam relações com Cuba e tentaram derrubar o governo cubano em 1961. A quebra de relações com os EUA resultou na aliança dos cubanos com a União Soviética, ou seja, com o comunismo.” FILHO, 2012

² Conjunto da política externa dos EUA cujo objetivo era combater o avanço do socialismo.

EUA.

Contextualizada a época, agora partiremos para os acontecimentos que usualmente são utilizados para se referir à ditadura militar, visto que, a participação norte-americana é notória, mas o golpe não se resume a isso. Anteriormente ao ano em que foi estabelecido o governo militar, houve episódios políticos e econômicos que contribuíram para a “breve” intervenção militar, que perdurou por 21 anos de censura, violência e exílio.

A conjuntura dos anos 60 no Brasil teve influência do contexto mundial que era vivido na época. Mas ao olhar apenas para dentro do país, é possível notar que, os fatores que foram abordados por diferentes literaturas ao decorrer dos séculos, são retratados de maneiras distintas.

A partir disso, pode haver uma certa distinção ou até mesmo separação entre as décadas de como essas literaturas abordam as condições que levaram à deflagração da ditadura ou até mesmo sobre quais foram as heranças da ditadura em diferentes espaços dentro da sociedade brasileira. Ao constatar isso, pode-se criar uma visão ampla dos acontecimentos, levando em consideração a junção de todos os fatores em comum e distintos retratados ao longo do tempo.

Este trabalho tem por objetivo desenvolver uma análise acerca das literaturas do século 21, no cenário do regime militar instaurado em 1964. Finalizando a análise de modo que pondere – em parte - a problemática de como essas literaturas abordam as condições que levaram à deflagração da ditadura e quais temas foram abordados ao longo das décadas referentes à ditadura. Como era retratada e quais eram os fatores usados pelas literaturas de diferentes décadas acerca da ditadura militar no Brasil em 1964?

Para essa coleta, será utilizada a ferramenta de busca do *Scielo*, para traçar frequências de termos em uma cadeia de tempo, nas décadas que sucederam o golpe de 64 no Brasil (2000, 2010 e 2020).

Para alcançar os objetivos explicitados, serão observados os dados coletados das décadas que sucederam o golpe no século passado nas duas primeiras décadas do século XXI, focando na diferença de abordagem das explicações acerca da deflagração da ditadura. Pretende-se usar o Referencial Teórico, visto que, permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados.

(LAKATOS; MARCONI, 2003)

Foi usado o seguinte filtro: Período específico, o primeiro ano de cada década separadamente (2000, 2010 e 2020). Ordenada por relevância, em português, qualquer tipo de artigo, incluindo citações e patentes.

2. Enfoque da bibliografia da ditadura nos anos 2000

Nos anos 2000, a literatura passou a abordar a ditadura civil-militar explorando uma variedade de temas relacionados ao período. Isso marca uma divergência em relação às obras literárias posteriores, não apenas devido ao aumento significativo no número de produções, mas também devido à inclusão de eventos para além dos âmbitos mais retratados como a política e economia.

Cecília Maria Bouças Coimbra (2000) realiza um trabalho historiográfico que aborda o golpe de 64 com foco na herança. Nesse contexto, ela destaca as inúmeras adversidades deixadas por anos de censura e repressão, sendo as questões das doutrinas de segurança adotadas na época ditatorial no Brasil uma das consequências marcantes desse período.

Tais questões se sobressaíram, de modo que veio a ser perpetuada até o início dos anos 90, havendo até hoje resquícios de comportamentos herdados de um regime não democrático. A autora retrata que tais ações foram implementadas com uma maestria tamanha. Algumas técnicas repressivas chegaram a ser exportadas para outras ditaduras da América Latina, como exemplo do desaparecido político. Doutrinas como a Escola Superior de Guerra foi um dos principais enfoques do estudo realizado. Ao final, é possível estabelecer uma linha tênue entre os discursos de segurança pública atual e a influência da Doutrina de Segurança Nacional vigente nas décadas de 60 e 70. (COIMBRA, 2000)

Diante do quesito herança da ditadura tem-se a atuação policial, e certa anistia quanto aos efeitos colaterais de mortes podendo ser ou não indevida. Trazendo à tona questões de impunidade como colocado pela autora:

Não somente falhas técnicas são apontadas, mas a questão da impunidade aí está colocada, pois de um modo geral as mortes praticadas por policiais militares são caracterizadas como homicídios justificáveis, em alegados confrontos. (COIMBRA, Cecília 2000, pág. 19)

“O segundo aspecto a ser levantado prende-se à justiça militar e perdura até hoje: o julgamento de crimes cometidos por policiais militares ser feito por membros da própria corporação.” (COIMBRA, Cecília 2000, pág. 18). Como podemos ver:

O julgamento de crimes cometidos por policiais militares por membros da própria corporação. Em 1977 - durante o governo Geisel -, dentro dos dispositivos do chamado "pacote de abril", manteve-se que a Justiça Militar é que deveria julgar os crimes cometidos durante as atividades de policiamento. Mantém-se ainda uma visão militarizada da segurança pública. (COIMBRA, Cecília 2000, pág. 18)

Com isso, é notório que o policiamento ostensivo e a manutenção da "ordem pública" permanecem militarizados, contando com um tratamento singular e exclusivo por parte da justiça das polícias militares estaduais. Assim como no período do regime militar, isso nos leva a compreender que essa forma de justiça visa proteger os policiais militares em situações de ações indevidas (COIMBRA, 2000, apud PINHEIRO, 1996, p. 28).

Tal herança é problemática, sendo reconhecida como tal inclusive pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que recomendava que: "(...) seria positivo que crime cometido por militar fosse julgado pela Justiça Comum e não pela Justiça Militar, porque este tipo de Justiça tem alto índice de impunidade." (COIMBRA, 2000, apud jornal do Brasil, 1995, p. 14).

Por outro lado, a Constituição de 1988 manteve as polícias militares estaduais como força de reserva do Exército, como traz Coimbra:

A deterioração das PM's foi o maior legado da 'política de segurança' da ditadura, que lhes alterou os critérios de seleção, formação e a finalidade, para fazê-las 'forças auxiliares das Forças Armadas' na repressão política e social. Nada foi feito desde o fim do regime militar, para reparar o legado (COIMBRA, 2000, apud Folha de S.Paulo, 2000, A5)

Pelos exemplos citados, torna-se evidente que, mesmo nos anos 2000, persiste no cerne do país a continuidade da herança deixada pela ditadura, especialmente no que diz respeito à segurança pública e à presença arraigada do ideal ditatorial de justiça militar. A análise desses dois pequenos exemplos revela a persistência, na conjuntura atual, de diversos aspectos repressivos e autoritários que marcaram os sombrios "anos de chumbo" em nosso país.

3. Enfoque da bibliografia da ditadura nos anos 2010

Dez anos depois ainda se fala muito de herança, mas nessa literatura vamos além dos anos 60. A autora traz a prática da censura no Brasil e revela que é uma prática que tem desde os tempos em que Portugal residia em terras brasileiras, portanto, nos é dado que, os regimes autoritários, os governos brasileiros reaproveitavam uma estrutura de censura que já havia existido, a qual era orientada pela moral, e usada para a manutenção de uma ordem que os favorecia.

Aqui a autora se preocupou em trazer não só a herança da censura do Brasil e como isso sucedeu, mas restringiu um pouco mais voltam-se para a censura ditatorial no teatro e nas artes:

Na esfera da censura, desde a sua implantação no século XIX até a sua extinção em 1988, o caso do teatro constituiu-se num exemplo notável, não só para se analisar a dinâmica do processo de centralização da censura e o aumento significativo de obras proibidas como também para examinar um plano de expansão do controle nacional sobre as manifestações públicas que, por si só, converteu-se em medida administrativa de natureza política. (SOUZA, 2010, p. 235).

No início a autora trouxe que a censura no Brasil foi uma prerrogativa portuguesa, mas para além de sua origem, a censura que voltou com tudo na ditadura do País foi a de imprensa, que havia sido deixada de lado desde o período imperial (1882). Ao decorrer dos 21 anos de ditadura foram criados diversos órgãos e diferentes instâncias sendo estes incumbidos de fundamentar e estruturar a censura em todos e quaisquer âmbitos da sociedade brasileira que porventura pudesse rechaçar o governo militar. (SOUZA, 2010)

A criação do Conservatório Dramático Brasileiro (CDB) teve grande impacto na censura do Brasil, pois estabeleceu um caminho para o que viria a ser a censura de diversões públicas e morais, findando a censura teatral. (SOUZA, 2010, p. 235).

Dessa forma, a censura de diversões públicas não foi criada na ditadura militar para atender às demandas da época, mas redefinida por lideranças do governo conforme determinações políticas. Assim, a re-significação da censura e a centralização do serviço responderam às necessidades conjunturais dos governos militares de assumir o controle nacional da produção artística que transgredisse preceito ético-moral ou que veiculasse mensagem político-ideológica. (SOUZA, 2010, p.

237).

Na própria promulgação da Constituição de 1967 foi ampliada a competência da União para censurar, além de peças teatrais, havia a censura da comunicação, tais como rádio e televisão. “A censura teatral é um caso exemplar para se observar não só a dinâmica do processo de centralização da censura como também o aumento significativo de obras proibidas e a aplicação contínua da censura política.” (Souza, 2010, p. 237).

Por fim, o fantasma de um comunismo inexistente direcionou a prática da censura política nos períodos de 1967/68 a 1977/78 e 1982-84. Contando que:

Nas épocas de maior incidência da censura por motivo político, os presidentes militares, os ministros da Justiça, a comunidade de informações e as instâncias censórias partiram da premissa básica de que o meio estudantil, os meios de comunicação e os setores artísticos integravam uma “rede de subversão” e serviam à expansão do comunismo em território nacional. (Souza, 2010, p. 250).

Neste artigo, é notado que se trata de economia e como o uso das estatais brasileiras no período da ditadura militar pode ter desencadeado, anos depois algumas das principais privatizações do Brasil, como por exemplo a Vale do Rio Doce³, mas não chamo atenção para todos os dados econômicos que foram levantados, mas sim sobre o que isso significa para este trabalho.

Em 1980, as empresas federais eram vistas como contrapondo a crise fiscal da época, pois haviam sido utilizadas pela ditadura militar em sua política de endividamento externo. Isso as colocou em destaque no que diz respeito ao equilíbrio fiscal e macroeconômico. (GOBETTI, 2010, p. 30)

Grande parte do desenvolvimento econômico brasileiro contemporâneo deve-se às empresas estatais. foram elas que puxaram o crescimento da economia nos anos 1970, o governo militar utilizou uma estratégia de crescimento com endividamento que colocou o país em um novo patamar de industrialização – acima daquele de outros latino-americanos, como a Argentina –, mas também originou uma série de desequilíbrios (como o fiscal, por exemplo) que se perpetuam até os dias de hoje. (GOBETTI, 2010, p. 30)

Mas é claro que há uma distinção das estatais no cenário econômico de 2010 e de 1970. A análise foi feita a partir de algumas transformações imprescindíveis na gestão das

³ Vale S.A. é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país.

empresas estatais e na sua forma de inserção na economia nos últimos 20 anos, sendo assim, buscou explicar qual teria sido o papel em busca do equilíbrio fiscal e macroeconômico.

De fato o que se compreende é que houve um tempo em que as estatais foram “vilanizadas” (1980):

por terem sido usadas pela ditadura militar para captar recursos no Exterior e dar vazão ao mercado de “euromonedas” no início da década de 1970, as empresas estatais federais sobreviveram ao processo de privatização dos anos 1990 e, no período recente, conforme demonstramos, passaram a oferecer uma contribuição efetiva, estimada em mais de 50%, para o superávit primário do setor público. (GOBETTI, 2010, p. 54)

Por conta dessa interferência do regime militar de desestabilização das estatais, anos depois o que foi visto foi o início de privatizações sendo feitas em várias estatais brasileiras.

Ao final, a sua conclusão foi: “[...] a situação fiscal e macroeconômica do Brasil seria outra, pior, se não fosse a importante atuação das empresas estatais, contribuindo para o equilíbrio fiscal e mantendo seus investimentos em alta.” (GOBETTI, 2010, pp. 31 e 55)

Neste trabalho, é possível identificar não uma herança ou possível compreensão dos dias de hoje em prol da nossa falta de democracia passada, mas sim uma tentativa de retratar o que a ditadura militar criou naquela mesma época que sucedeu o golpe, aqui descrito como 'resistência cultural'. Essa resistência foi formada por várias instituições que foram desarticuladas na época.

Tal resistência foi consagrada pela oposição e era composta principalmente por intelectuais, artistas, professores e produtores culturais, resultando em um fenômeno político e cultural jamais visto no Brasil. Além disso, também deu força para a organização de partidos de esquerda e, no âmbito cultural, alavancou a produção de “culturas, no qual as esquerdas constituíram um espaço de contestação e engajamento através das artes e das atividades intelectuais.” (CZAJKA, 2010, p.95)

Dentre os símbolos de resistência da época foi destacada a Revista Civilização Brasileira (RCB) e a sua importância como meio de resistência:

Foi uma publicação periódica de importância política e cultural, pois constituiu-se num espaço de reorganização das esquerdas desagregadas pelo golpe de 1964, ao mesmo tempo em que seu projeto editorial contempla um amplo debate sobre a cultura como um novo campo de articulação das resistências. (CZAJKA, 2010, p.95)

A princípio, a revista era fortemente vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), visando garantir a produção e propagação do ideário comunista, buscando assim estimular a oposição política. Contudo, isso mudou algum tempo depois, quando a revista se distanciou do PCB, enfatizando que não estava à mercê do partido. (CZAJKA, 2010, p.96) “Foi, pois, esse aspecto que atribuiu ao periódico a identidade e a importância que se mantiveram mesmo depois do encerramento de suas atividades, com o Ato Institucional n. 5 (AI-5).” (CZAJKA, 2010, p.97)

Por outro lado, essa mesma organização, por meio da representação social dos intelectuais no âmbito da cultura, viu-se atrelada desde o princípio à estrutura de mercado. Essa condição possibilitou não somente coordenar o plano de produção e circulação dos produtos culturais, mas dar sustentação a esses produtos junto a um público consumidor que, ao mesmo tempo, fomentava as discussões adquirindo as revistas nas bancas de jornal e nas livrarias. [...] Por fim, foi observado que a resistência cultural durante o regime militar se deu de duas formas: por um lado, tivemos a organização dos intelectuais que revisaram as bases de seu engajamento, dando fim a sua proximidade partidária (neste caso ao PCB); por outro lado, tivemos a o intelectual livre, independente e crítico, impulsionado pelo mercado que proporciona um "espaço" para essa postura. (CZAJKA, 2010, p.115)

Nesse mesmo enfoque, temos destaque na reflexão de que, embora haja muita ênfase nos militares, a verdade é que a memória desse período apresenta um aspecto negativo, indicando que qualquer associação com o golpe instaurado na época é impopular. Embora seja amplamente divulgado que a sociedade ansiava pela redemocratização e, portanto, pela deposição dos militares, é importante considerar que a memória também deve abranger o papel desempenhado pelos civis e suas respectivas contribuições para a deflagração e manutenção do regime. Sobretudo, é crucial examinar para qual parte da população a ausência de democracia mais beneficiou. Mais especificamente foi trabalhado a memória ditatorial de docentes entrevistados e como eles exerceram seu ofício no período da ditadura civil-militar. (LOURENÇO, 2010, pp. 98 e 102)

As entrevistas, realizadas entre 2009 e 2010, foram realizadas com base na metodologia da História Oral e se inserem em um panorama maior, que discute outros aspectos da carreira e das práticas desses professores, da rede pública estadual paulista, que iniciaram sua carreira em fins da década de 1960 ou no princípio dos anos 1970. (LOURENÇO, 2010, pp. 102)

4. Enfoque da bibliografia da ditadura nos anos 2020

No início deste estudo, é possível notar a preocupação de trazer como era a realidade por trás de uma economia elogiada e reconhecida e de como isso não era benéfico para o Brasil, mas sim para parte dele, segundo a autora, para os militares e as elites, contrapondo a classe trabalhadora industrial - os trabalhadores assalariados em sua grande maioria sequer recebiam um salário mínimo. Além disso, “o Brasil é um dos primeiros países em assuntos como subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho.” (PAULINO, 2020, p. 563 apud HABERT, 1992).

Sendo assim, era notório que o desenvolvimento das empresas e o alto faturamento deu-se pelas péssimas condições de trabalho e dignidade humana. Portanto, quaisquer reivindicações por melhorias, sofria represália pelo governo militar, como foi posto:

Na periferia de São Paulo cerca de 80% dos domicílios não eram servidos por rede de esgoto, enquanto 54% não possuíam rede de água. [...]. Os índices de mortalidade infantil também dão conta da deterioração da vida do trabalhador nesse período de milagre, quando, por exemplo, se compara que entre as décadas de 40 e 50 a taxa de mortalidade infantil diminui de 30%, e na década seguinte decresce de 32%, enquanto, ao contrário, entre 60/75 ocorre acréscimo de 37%. (PAULINO, 2020 apud OLIVEIRA, 1987, p. 28)

Ao mesmo tempo que tínhamos um *boom* da economia, o país também contava com um grande aumento da dívida externa, “que saltara de 3,9 bilhões no começo do milagre económico para 12,5 bilhões no final, além do crescimento da desigualdade social, com 78,8% da população ganhando menos do que dois salários mínimos (PAULINO 2020, apud ALVES, 2005).

Aqui, é possível notar uma continuidade com outros anos, a autora também trouxe um levantamento do uso da censura na imprensa alternativa, bem como foi trazido como pauta em 2010 (Souza, M. G. 2010). Aqui foi posto que a censura era uma ferramenta bastante utilizada pelo governo. Jornais de imprensa alternativa, eram rechaçados de publicações vetadas, principalmente quando a publicação em questão tinha um fundo crítico quanto ao sistema trabalhista da época. Dessa forma, é posto que:

[...] os burocratas do Departamento de Censura da Polícia Federal exerciam a tarefa de simultaneamente, zelar pela ‘família brasileira’ e evitar qualquer tipo de contestação política - assumida ou metafórica - que pusesse em xeque o regime

militar. (PAULINO, 2020, apud ABREU 2000, p.80)

Pode ter sido um milagre econômico para uma ínfima parte que compunha a sociedade brasileira, mas para a maior parte da população, a economia da época significava mais trabalho e menos condições de sobrevivência, sendo submetidas também ao chamado “arrocho salarial”, uma vez que o seu salário não acompanhava o reajuste da inflação, tornando o país muito atrativo para empresas de outros países, devido o baixo preço da força de trabalho, aumentando ainda mais a desigualdade social do Brasil. (PAULINO, 2020, p, 564)

“Entretanto, partir de revisão bibliográfica e conteúdos publicados em jornais da imprensa alternativa (O Pasquim, Opinião e Politika), analisamos a seguir como o governo militar, por meio da censura, limitava as críticas e a divulgação de dados que expunham a real situação da classe trabalhadora.” (PAULINO, 2020, p, 564)

Por fim, o que podemos notar é que sim, o “milagre econômico” brasileiro nos trouxe um crescimento rápido, sendo atrativo para várias empresas multinacionais, que tiveram um grande retorno no país, em detrimento das calamitosas condições de trabalho e ausência de direitos trabalhistas.

Sem contar que esses trabalhadores eram submetidos a exploração e formas de subjugação como no caso do “arrocho salarial”, onde os trabalhadores precisavam se esvaír com ainda mais horas de trabalho para conseguir a própria subsistência e sua alimentação mínima mensal. (PAULINO, 2020, p, 570)

Com a repressão e agressão do regime militar, a falta de liberdade de expressão, portanto, a impossibilidade de reivindicações trabalhistas e limitação da comunicação pública, era evidente a manipulação do governo, que ocorria da seguinte forma: “se dava por meio de divulgações de dados estatísticos alterados, como foi apresentado no decorrer do artigo na publicação do jornal que contesta a divulgação feita pelo Ministério da Fazenda sobre os dados da inflação brasileira”. (PAULINO, 2020, p. 570)

Por outro lado, o levante anticomunista voltou a ser pauta nos anos 20, sendo enfatizado, também, como um levante conservador que vem desde o século XIX, devido à Guerra Fria, portanto, em um contexto mundialmente revoltado e as mudanças que eram impostas em um Brasil ditatorial. (BRITO, 2020, p. 861)

O pós-golpe de 64 foi de intensos embates de diversos setores, sobretudo entre frações estudantes e o Estado. “No campo de estudos sobre o tema, há poucos trabalhos que tenham como foco a dimensão moral sexual do anticomunismo nos anos da ditadura, especialmente temas comportamentais dos jovens.” (BRITO, 2020, p. 862)

As fontes exploradas neste artigo demonstram que houve um anticomunismo moral sexual ao longo da ditadura no Brasil assentado na percepção de uma conspiração comunista dirigida por Moscou. Tal conspiração visava afastar os estudantes do convívio familiar, manipular as moças, desagregar a família e fomentar a corrupção dos costumes para destruir a civilização ocidental. (BRITO, 2020, p. 880)

Houve um uso político exacerbado pelos militares do sexo como estratégia para desqualificar as ações de frações da oposição ao regime:

Isso foi especialmente utilizado durante o segundo semestre de 1968, vide a invasão da UnB e o Congresso da UNE de Ibiúna. Esse último evento parece ter moldado a memória da caserna, pois é um tema-chave presente no anticomunismo militar. Após o AI-5, o argumento sexual foi utilizado para desqualificar as organizações de esquerda armada, bem como para enquadrar comportamentos tidos como desviantes da moral do regime (BRITO, 2020, pp. 880 - 881)

Moreira e Santos (2020) trouxeram o conceito de cidadania regulada do livro *Cidadania e justiça* (1979) de Wanderley Guilherme dos Santos, que diz:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (MOREIRA E SANTOS, 2020 apud SANTOS, 1979, p. 75, grifos do autor).

Ao considerar o estado social da nação após o golpe de 1964, WGS demonstra que as desigualdades sociais entre regiões aumentaram substantivamente e revelaram também ser cumulativas, haja vista que uma região ou um indivíduo carente de um recurso normalmente é carente dos demais. Assim, apesar de avanços específicos na política social (como a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que estendeu aos trabalhadores do campo o sistema previdenciário), WGS é categórico em afirmar que a política social dos militares não alterou, em essência, a ordem regulada dos anos 1930, mantendo-se a cidadania “destituída de qualquer conotação pública e universal. (OREIRA E SANTOS, 2020 apud SANTOS, 1979, p. 104)

Na citação posterior, nota-se que desde a Revolução de 1930, de alguma forma, aquilo que abrange a justiça passou a ser, em certa medida, controlada pelo viés de obediência aos princípios desse conceito, chamo cidadania regulada, bem como pelo viés de maximização do mercado. Como podemos ver: “Nenhum governo pós-45 tomou qualquer iniciativa mais

consistente e sistemática no sentido de alterar os princípios da cidadania regulada e da obediência à eficiência do mercado econômico.” (MOREIRA E SANTOS, 2020, apud SANTOS, 1981, p. 183)

Diante de um acervo mais documental da ditadura, este trabalho aborda como as entidades se organizaram quanto ao golpe militar, expondo as interferências estrangeiras e o quanto as medidas documentadas impactaram no que viria a ser a ditadura no Brasil. Como a matriz e vanguarda é colocada a Escola Superior de Guerra (ESG), e as entidades Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (o complexo IPES/IBAD), forjadas no modelo da unidade militar dos Estados Unidos da América (EUA), National War College, com forte doutrina de combate ao comunismo. (LARANJEIRA, 2020, p. 206)

Em seguida, o dossiê retratado pelo autor constata a junção IPES/IBAD, era a responsável pela ação político-ideológica, que desestabilizava governos, que fossem minimamente reformistas e progressistas, mais voltados à esquerda. Portanto, tinha-se o IPES que visa a “conquista” ideológica da opinião pública e o IBAD, que se direcionava às atividades político-partidárias, contribuindo financeiramente para a ascensão de seus apoiadores aos Poderes Executivo e Legislativo. (LARANJEIRA, 2020, p. 206)

Entretanto, isso não era tudo, ainda foram criados grupos de Opinião Pública, para fins de divulgação midiática, Grupos de Estudos e Doutrina, para fins de produção ideológica e Grupo de Levantamento de Conjuntura, sendo este para fins de acesso à informações bimestrais do Exército das zonas militares do país - essas informações era enviadas para os chamados associados, dentre os quais haviam militares, empresários, banqueiros, proprietários rurais, empresas, entidades e sindicatos patronais, nessas informações continham por exemplo levantamentos de quem era considerado comunista ou apoiador da causa. (LARANJEIRA, 2020, p. 206 apud DREIFUSS, 1981)

Assim, a partir do estudo dos 137 documentos dos acervos do regime militar no Arquivo Nacional nos quais o professor José Marques de Melo é citado foi possível fazer a reconstituição temática das décadas de 1970 e 1980, percebendo semelhanças das alterações e agendamentos daquela época com o temário contemporâneo – da ressurreição do fantasma do movimento comunista internacional a enaltecimentos ao arbítrio – e conceber como elegia e abonador biográficos ser prontuário pela comunidade de informações. Afinal, ser considerado esquerdista e subversivo por um regime ditatorial, regressista e obscuro

é, em termos biográficos, enaltecendo para quem, em ações individuais e inserções coletivas, a ele se opôs (LARANJEIRA, 2020, p. 231)

Nesse artigo, é possível notar a preocupação com o passado ditatorial recente do Brasil e no que isso implica para as nossas políticas e educação. A memória que se julga tão importante para um presente reverente é a primeira a ser velada por meio de práticas que nos traz de volta aos tempos passados, nossa recente democracia mesmo anos após o golpe de 64, costuma ser alvo de muitas ações para enfraquecê-la. (SALGADO; GONÇALVES E SOUZA 2020)

Mas, afinal, como a democracia atua na educação, a partir de uma incursão no nosso passado recente, é necessário problematizar as políticas de exceção presentes no Brasil atual, bem como relacionar as memórias da ditadura com as necropolíticas, presentes na vida de crianças e mulheres na ditadura militar, partindo da análise constante no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). E também, “o desaparecimento social como política de extermínio da memória e suas repercussões nefastas na educação.” (SALGADO; GONÇALVES E SOUZA 2020, p. 4)

O esquecimento das tragédias do passado da escravidão e da ditadura reverberam com força na indiferença do presente diante das violências de gênero e sexuais, das torturas e mortes de mulheres, homens e crianças negras/os e indígenas, de pessoas LGBTQIA+, de pessoas pobres das periferias urbanas e do campo, cujas vidas não importam para um estado de exceção que promove e se beneficia com os “mundos de morte” (SALGADO; GONÇALVES E SOUZA 2020, apud MBEMBE, 2018, p. 71).

Portanto, a partir disso foi necessário analisar e ter ciência do passado para ter um olhar crítico acerca do presente, contestando e variando os meios para combater políticas de aparecimento e desaparecimento sociais ainda presentes na sociedade brasileira. (SALGADO; GONÇALVES E SOUZA 2020, p.18)

[...] uma educação democrática alimenta-se das diferenças e do debate aberto às suas disputas, bem como torna o luto público possível como forma de enterrar os mortos do passado porque o presente precisa se nutrir de suas memórias para que o futuro seja construído como antídoto da barbárie. (SALGADO; GONÇALVES E SOUZA 2020, p. 18)

Ainda nos anos 20, é notório que há uma certa compreensão da importância de trazer luz às mentiras tidas como verdade durante a ditadura e uma das falácias propagadas chama-se “milagre econômico”, dentre os autores que irão tratar desta temática em especial

temos Minayo (2020), que em seu trabalho acerca do regime militar trouxe dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), de como se encontrava o país nessa suposta muito boa economia, onde foi notado as condições de vida da população nos anos 1970 entre outros.

Em dado momento, estatísticas do IBGE de uma amostra de 55.311 pessoas nos anos 1970, foi constatado que a realidade do “milagre econômico” era a seguinte:

(...) desigualdade social sobre a desnutrição, a mortalidade infantil e a expectativa de vida, sendo que 62,7% das famílias possuíam deficiência calórica; 40%, penúria alimentar; havia 115 óbitos por mil nascidos vivos; e a expectativa de vida era de apenas 59 anos. Cunhado pelo IBGE como “informações não estruturadas”, o estudo qualitativo lançou luz sobre e humanizou os números coletados. Mas sua divulgação foi proibida pela ditadura militar, na época do chamado “milagre brasileiro. (MINAYO, 2020. p. 919)

Sendo assim, muito foi falado sobre a memória que “aqui é tratada como um processo permanente de construção e reconstrução, pois é sempre a partir das necessidades e das indagações do presente que se lê o passado (MINAYO, 2020 p. 920, apud HOCHMAN, 2009).” Portanto, é trazido uma política de silenciamento.

É perceptível que houve continuidade acerca das demais bibliografias que trouxeram a problemática economia dos anos 1970 e as mazelas sociais que isso causou, mas com um diferencial que foi trazer uma abordagem que compunha tanto a pesquisa qualitativa, quanto quantitativa, evidenciando assim o cenário de crueldade e da fome no país que celebrava um “boom” econômico. (MINAYO, 2020, pp. 930-931)

Externamente, as conclusões do estudo foram muito mal vistas pelo governo militar. A pesquisa trouxe informações indesejadas para a ideia do “Brasil Grande” e do “milagre econômico”. O acesso às informações sofreu um rígido controle por parte do governo. Nem os altos escalões dos ministérios, nem a imprensa, nem a sociedade souberam do Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil. (MINAYO, 2020, pp. 930-931)

Os dados, por óbvio, foram censurados na época, mas ao final de 1985, a revista “Isto É”, tomou conhecimento do estudo realizado anos antes, tornando público a pesquisa, a publicação foi nomeada como: “Fome censurada”. “O silenciamento, a incompreensão interna e a censura militar terminaram por eclipsá-la e condená-la ao apagamento”. (MINAYO, 2020, pp. 930-931)

Apesar dos pesares, podemos afirmar que, desde o início do século XXI, vemos um caminho para a institucionalização da democracia, sendo trilhado, bem como uma movimentação em detrimento da luta pelos direitos humanos, incluindo a procura por justiça e verdade sobre a violência e os crimes cometidos pelo Estado no período ditatorial (1964-1985). Agora já não se trata apenas do que aconteceu no passado ou que ele reverberou no presente, mas o que foi feito no agora, quais medidas foram tomadas. (MINAYO, 2020, pp. 930-931)

Por outro lado, a justiça de transição na fase de redemocratização envolve:

[...] grande diversidade de esforços extrajudiciais, tais como investigações históricas oficiais, saneamentos, reparações, dissolução de instituições legadas pelo regime anterior e comissões da verdade. No Brasil, em maio de 2012, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que no decorrer de dois anos e meio procurou cumprir a tarefa estipulada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que a instituiu, de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (SETEMY, 2020, pp. 340-341)

Em seguida, tem-se a lei nº 9.140/1995, que responsabiliza o Estado pelos crimes cometidos durante a ditadura militar e instala a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). A qual resultou no relatório Direito à memória e à verdade, em 2007. (SETEMY, 2020, p. 340-341)

Aqui também foi adicionada à equação a falha da justiça de transição brasileira em “registrar os fatos e esclarecer as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1964 e 1985.” (SETEMY, 2020, p. 340). Sem especificar os relatos de violência de gênero, os quais permaneceram velados.

sob caracterizações abrangentes como “violação de direitos humanos” e “terrorismo de Estado contra a sociedade civil”, como evidenciam os perfis biográficos dos mortos e desaparecidos políticos, compilados no quarto volume do relatório final da CNV, bem como revelam os depoimentos orais de mulheres que sobreviveram às violências perpetradas por instituições do Estado brasileiro e seus agentes durante a ditadura militar brasileira. (SETEMY, 2020, p. 340)

Segundo Setemy (2020), apesar disso, desde os anos de 1990, o mundo jurídico internacional definiu a violência sexual e violência de gênero no contexto de práticas de violência como uma violação dos direitos humanos específica. Portanto, tem-se que o cerne da questão é refletir sobre a diferença do impacto da violência do Estado no período da ditadura sobre mulheres e homens, bem como a falta de amparo dessa dicotomia nos

processos de justiça de transição.

Portanto, tem-se que:

[...] a emergência de novas questões em relação a um passado tantas vezes revisitado explica-se pelo fato de que o passado está em constante processo de reelaboração, tanto historiográfica quanto memorialística, conforme as sensibilidades éticas, culturais e políticas do presente. (SETEMY, 2020 apud TRAVESO, 2007)

Diante disso, o novo entendimento acerca da violência de gênero clama por uma indispensável análise mais elaborada da área das violações realizadas por aqueles que estiveram a serviço da ditadura militar. (SETEMY, 2020, p. 341)

Souza (2020) traz primícias dos anos ditatoriais, como por exemplo o “milagre brasileiro”:

o período ficou também marcado pelo aumento da repressão política, conhecido pela desestabilização do país e o aumento da repressão política, cassações e desaparecimento de opositores, censura dos meios de comunicação, sessões de tortura nos órgãos de segurança, assim como importantes mudanças sociais associadas ao contexto Guerra Fria.

A partir daqui, a ditadura passa a ser percebida como um fenômeno que desencadeou o aumento na delinquência juvenil e migração para os grandes centros urbanos - em vista do fomento da desigualdade econômica e social - logo, o governo federal instaura algumas mudanças dentre elas a militarização dessas áreas, com destaque para o aumento da presença feminina. (SOUZA, 2020, p. 3)

Mais uma vez, tem-se mudanças da estrutura da segurança nacional brasileira em detrimento da experiência de outros países. Tendo em mente uma medida que aproximasse o governo da sociedade civil e a criação de uma “ordem nacional”. A fim de corresponder às expectativas crescentes por segurança e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, foi implementada a participação das mulheres, aqui em especial, na polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), dessa forma, sendo usadas pelos agentes da ditadura em prol da assistência social, bem como em outras áreas de “combate” quase imperceptíveis de grupos políticos opositores. (SOUZA, 2020, p. 4)

Contudo, ao passar dos anos, a polícia feminina passou a ampliar a sua área de

atuação e o que antes se restringia a atividades assistenciais passou a contribuir com atividades como o policiamento ostensivo. Tal mudança foi vista como ameaçadora para a corporação antes centralizada na figura masculina. Sendo que unidades como a Rota, resistiram, mesmo na redemocratização, a participação de mulheres, mas as mulheres conseguiram se manter dentro das instituições de segurança e com o tempo se desvincular do lema ditatorial: “figurando, imaginariamente, em tempos de silenciamento forçado, como a “flor” que antecede o uso do “cassetete”.” (SOUZA, 2020, p. 33)

5. Considerações finais

Ao discorrer acerca dos anos analisados (2000, 2010 e 2020), foi possível notar algumas continuidades e descontinuidades nas literaturas acerca do golpe de 1964 no Brasil. Primeiro de tudo, os anos 2010 e 2020 foram os que mais conversaram entre si, ambos desenvolveram bastante as temáticas da censura e memória da época, mas também trouxeram coisas novas e saíram do foco de apenas olhar para o que aconteceu naqueles 21 anos que perdurou a ditadura e passaram a discorrer acerca do quanto o passado afetou o presente e como alguns comportamentos nocivos a democracia se perpetuaram.

Mas de comum acordo, assim como os outros anos, os anos 2000 foram muito fortes acerca da herança, do que herdamos enquanto nação de um regime de repressão e fabricante de mazelas econômicas e sociais. Dado momento, há uma continuidade acerca da censura da década de 1960/1970, quando mais arduamente foi estabelecida a ditadura no país. Com o aumento significativo de produções em 2020 foi mais fácil identificar o que estava se sobrepondo na recente década do século XXI, sendo eles: censura, políticas de memória; “milagre” econômico; classe trabalhadora e gênero.

Por fim, é notório que nesses anos são trazidas temáticas diferentes, pontos de vista que não se limitam a uma mera explicação do acontecido, mas que trazem luz para temáticas como a pauta estudantil e de gênero dentro do contexto da ditadura, e expõe as medidas de transição de justiça que reverberam até os dias de hoje. A fraqueza de uma democracia que levou tempo até ser readmitida, mas que em poucas ações já é tão desestabilizada por aqueles que só ganham com o aumento da desigualdade e subemprego.

6. Referências bibliográficas

BLANK, Thais Continentino e MACHADO, Patricia Furtado Mendes. **Em busca de um método: entre a estética e a história de imagens domésticas do período da ditadura militar brasileira.** Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação [online], v. 43, n. 2, p. 169-183, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844202029>. Epub 04 Set 2020. ISSN 1980-3508. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202029>.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil.** Varia História [online], v. 36, n. 72, p. 859-888, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752020000300010>. Epub 09 Out 2020. ISSN 1982-4343. <https://doi.org/10.1590/0104-87752020000300010>.

CARDOSO, Igor Barbosa. **História cultural, linguagem fílmica e ditadura militar brasileira.** Topoi (Rio de Janeiro) [online], v. 21, n. 43, p. 265-270, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02104312>. Epub 17 Abr 2020. ISSN 2237-101X. <https://doi.org/10.1590/2237-101X02104312>.

COIMBRA, C. M. B. **Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência.** Psicologia em Estudo, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yTsV8g8BbVZgPGFYsfkpCTH/?lang=pt#>. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

CZAJKA, Rodrigo. **A revista civilização brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968).** Revista de Sociologia e Política [online], v. 18, n. 35, p. 95-117, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000100007>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

FILHO, João Roberto Martins. **Os Estados Unidos, a Revolução cubana e a contra-insurreição,** 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000100004>. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

GOBETTI, Sérgio Wulff. **Estatais e ajuste fiscal: uma análise da contribuição das empresas federais para o equilíbrio macroeconômico. Economia e Sociedade** [online], v. 19, n. 1, p. 29-58, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000100002>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/at_download/file. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **Dossiês da ditadura militar sobre José Marques de Melo como revivals temáticos e abonadores biográficos.** Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação [online], v. 43, n. 3, p. 205-235, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442020311>. Epub 04 Dez 2020. ISSN 1980-3508. <https://doi.org/10.1590/1809-58442020311>.

LOURENÇO, Elaine. **O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar**. Revista Brasileira de História [online], v. 30, n. 60, p. 97-120, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200006>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

MEIRELLES, Rodrigo e IANNI, Aurea Maria Zöllner. **O preventivismo e os homossexuais no contexto da ditadura militar brasileira: uma análise a partir das contribuições de Sérgio Arouca**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online], v. 24, e200043, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.200043>. Epub 11 Nov 2020. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.200043>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online], v. 27, n. 3, p. 919-932, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012>. Epub 23 Out 2020. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012>.

MOREIRA, Marcelo Sevyabricker e SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. **Cidadania regulada e Era Vargas: A interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online], v. 33, n. 71, p. 539-558, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300006>. Epub 14 Set 2020. ISSN 2178-1494. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300006>.

PAULINO, Ana Elisa Lara. **O impacto do "milagre econômico" sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa**. Revista Katálysis [online], v. 23, n. 03, p. 562-571, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p562>. Epub 16 Out 2020. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p562>.

SALGADO, Raquel Gonçalves e SOUZA, Leonardo Lemos de. **O desaparecimento social das diferenças nas políticas de exceção: vidas e memórias de crianças e mulheres para a reinvenção de uma educação democrática**. Educar em Revista [online], v. 36, e75661, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75661>. Epub 21 Dez 2020. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75661>.

SETEMY, Adrianna. **"Ato sem perdão": justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online], v. 33, n. 70, p. 338-358, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000200007>. Epub 08 Jun 2020. ISSN 2178-1494. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000200007>.

SOUZA, M. G. de. **"Ou vocês mudam ou acabam": aspectos políticos da censura teatral (1964-1985)**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 235-259, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X011021013>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

SOUZA, M. S. de. **"Anjos Anônimos, Feitos de Ternura: Mulheres Policiais em São Paulo Durante a Ditadura Militar (1964-1985)"**. Revista de História (São Paulo), n. 179, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.153677. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.153677>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.